



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 15ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS-2013

2
3
4 No vigésimo sexto dia do mês de setembro de 2013, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida
5 Borges de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de
6 pauta: **1º) Expedientes; 2º) Informes e assuntos gerais; 3º) Relato das Comissões; 4º)**
7 **Apresentação da Proposta Orçamentária da SES/RS – 2014; 5º) Debate e Encaminhamentos.**
8 **Titulares:** Ana Valls, Maria Catarina Silva, Paulo Humberto da Silva, Adão Zanandréa, Jairo
9 Tessari, João Pawlak, Edson Nunes, Odil Gonçalves, Camila Jacques, Celia Chaves, Rafaeli da
10 Silva, Claudia Conzatti, Eni Bahia, Vera Leonardi, Cristiane Pegoraro, Ivete Dornelles, Ronaldo
11 Bordin, Elemar Sand. **Suplentes:** Sandra Schmitt, Aurélio Rocha Pereira, Carmen Pertille, Miriam
12 Kolinger, Claudia Santos, Ana Maria Martins, Sandra Helena Gomes da Silva, Jeisson Andrei Rex,
13 Luiz Augusto Ferreira, Luana Gehres. O presidente Paulo Humberto Gomes da Silva inicia a
14 plenária com a apresentação do novo estagiário, João Pedro Brutschin Severo e inicia a execução da
15 pauta. **1º) Expedientes:** O presidente transmite o convite feito ao CES da FIES para o 3º Fórum de
16 Vacinações, no dia 02/10/2013, estendendo o convite às entidades, convoca o Conselho para a 1ª
17 Plenária da Saúde do Trabalhador do Rio Grande do Sul, no dia 08/10/2013, que visa a preparação
18 para Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. É também realizado o convite, da parte da
19 SEGEP, para o Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde, dias 03, 04 e 05 de dezembro.
20 Avisa que devem indicar alguém da área para o Seminário. São comentadas as baixas hospitalares
21 de dois Conselheiros. O presidente pede voluntários para participar do evento. O presidente ainda
22 anuncia o convite do CES do Paraná, para a Primeira Conferência Nacional Temática de Saúde
23 Integral da População Idosa, dia 27/11/2013, sendo encerrado em 10/10/2013 o prazo de indicação
24 de participante, com a viagem custeada pelo órgão paranaense. Foram convidados, também, para o
25 Ato Inter-Religioso em Alusão ao Dia Internacional de Doação de Órgãos, no dia 27/09/2013; para
26 a Audiência Pública com matéria proposta de transformar o mês de outubro em mês de proteger,
27 título comentado por Paulo como vago, dia 10/10/2013, da Comissão de Cidadania e Direitos
28 Humanos; para o dia 02/10/13 para a Audiência Pública, de matéria temática a “Valorização da Vida
29 e Prevenção ao Suicídio”, também da CDDH; para a posse do Conselho Regional de Psicologia da
30 7ª Região, dia 27/09/13. O presidente encerra os expedientes, porém antes de passar ao próximo
31 item da pauta comenta que foi definido o dia 10/12/14 como a data para a Conferência Nacional da
32 Saúde do Trabalhador e que a Conferência Estadual deve ser realizada até dia 30/06/14 e que
33 provavelmente será feita em conferências macrorregionais, propondo os dias 27, 28 e 29 de junho
34 para as conferências. A ordem das regiões está pré-definida. Ele passa certas instruções
35 organizacionais sugeridas. **2º) Informes e assuntos gerais:** O presidente abre as inscrições para
36 que sejam feitas as manifestações. Ana Valls, da Agapan, é a primeira a se pronunciar, anunciando
37 que falará de três tópicos. O primeiro se trata de uma campanha publicitária de certa empresa de
38 linhas de telefones móveis, cujo apelo é de que os clientes estejam com o aparelho celular ligado
39 vinte e quatro horas por dia, esperando uma ligação que anunciará que o consumidor receberá um
40 prêmio. Ela anuncia que o órgão está encaminhando um documento ao MPF para solicitar que
41 intime a tal empresa para encerrar a campanha e informar os clientes com outra de mesma duração
42 sobre a conclusão da Organização Mundial de Saúde sobre os riscos do aparelho celular em causar
43 câncer. Ela arrecada assinaturas para fortalecer a solicitação. O segundo, que ela informa já ter
44 encaminhado por e-mail, de que estão fazendo um abaixo-assinado contra a liberação de um certo
45 agrotóxico, 2,4-D, que provoca paralisia ascendente. Concluindo faz um convite, já feito
46 previamente via e-mail, para o lançamento do 8º Congresso Brasileiro de Agroecologia de Tema
47 “Cuidando da Saúde do Planeta”, dia 30/09/13. Ela adiciona um tópico, propondo uma conversa
48 sobre a política nacional das práticas integrativas e complementares às quais todos os usuários do

49 SUS deveriam ter direito ao acessar os serviços do SUS junto aos postos de saúde. Ela diz que esse
50 direito não tem sido respeitado e não ter conhecimento sobre a informação que os demais
51 conselheiros têm sobre a questão. Entre as deficiências dos postos estão a acupuntura, a homeopatia
52 etc. O presidente diz à Ana que trate com ele a questão do convite, que deve sair em nome do CES.
53 Rafaeli, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, diz que fará dois informes. O primeiro, feito
54 como membro do CMS de Gravataí, é de que desde março o Conselho Municipal de Saúde de
55 Gravataí vem discutindo com a Prefeitura, o MP, o Hospital Dom João Becker e outro, sobre o
56 contrato do Hospital Filantrópico, que está em 26 milhões de reais ou será retirado o contrato. As
57 discussões têm sido em baixo nível e o CMS tem sido desrespeitado. O MP questionava o contrato,
58 apoiando o CMS, e em certo momento mudou de posição. O Conselho questionava os valores das
59 multas, que não eram suficientes no valor e como única modalidade de pena. O MP concordava
60 anteriormente sobre as multas não serem de valor justo, mas que deveria ser dado um voto de
61 confiança ao Hospital. Rafaeli diz também que o Hospital recebeu tabela de alta complexidade. Ele
62 diz que segunda-feira o prefeito Marco Alba patrolou a constituição do SUS e a democracia. Rafaeli
63 diz sofrer assédio por parte do gestor municipal. O segundo tópico ele aborda como membro da
64 Comissão de Educação Permanente, e anuncia o Seminário Macrorregional da Região
65 Metropolitana. Ele convoca as pessoas para auxiliar na articulação dos Conselhos Municipais. Odil
66 Gomes se manifesta e primeiro fala da Audiência realizada em Canoas, sobre um certo Tele-
67 Agendamento, onde teve uma discussão bastante acirrada. Diz que todo o auditório da procuradoria
68 da República foi majoritariamente ocupado por pessoal da Prefeitura, levado por carros próprios da
69 Prefeitura. Também relata a discussão entre Pedro Rossi, procurador da República de Canoas, e o
70 secretário, com o primeiro questionando o 0800 de Canoas e o endereço. Houve denúncias que esse
71 Tele-Agendamento foi criado no Rio Grande do Sul e foi mascarado como se fosse do Ceará, no
72 município de São Lourenço. Diz que foi uma massaroca, que ninguém sabe onde fica o local, não se
73 conseguiu o endereço preciso do Tele-Agendamento. Em seguida ele fala sobre o resultado do
74 inquérito policial feito na cidade de Igrejinha, que constatou homicídio culposo na morte da menina
75 Carolina, cuja mãe até mesmo se mudou de cidade para ajudar a superar o sofrimento. Em seguida,
76 Paulo Humberto agradece e homenageia o trabalho de Rafaeli e lamenta sua situação de sofrimento
77 de assédio e diz que isso tem acontecido também com outros CMS do RS e CES do Brasil. Avisa
78 que se isso persistir, fará valer a lei 141, a qual incide em suspender recursos destinados aos
79 municípios. Reforça dizendo que isso tem se tornado mais forte nos últimos dois anos. Diz ter sido
80 convidado ao Conselho Nacional de Saúde para debater sobre essas situações. Ele relembra que dia
81 31 de outubro há o Seminário Metropolitano e reforça que devem mobilizar os CMS. Diz que o
82 Seminário da Região Centro-oeste do dia 17 de outubro não terá como ser realizado e sugere a
83 transferência para a data de 28 de novembro e que se realize na cidade de Santana do Livramento.
84 Ele comenta que em Erechim, localização de quatro coordenadorias, tiveram setenta presenças por
85 coordenadoria, uma quantidade pequena e pede que se reveja as estratégias para convocar
86 participações. Comenta outra questão, que se trata da última reunião do CNS, em Brasília, no
87 Seminário do Plano Nacional de Educação Permanente e que tiveram dificuldade de fechar o plano,
88 pois houve algumas brigas, pois apenas alguns CES são independentes na questão, enquanto os
89 outros dependem do governo. Diz também que se deve fazer uma escolha de data no calendário da
90 Campanha Nacional de Mobilização em Defesa do SUS Público, de Qualidade e para Todos e
91 comenta que pediu a substituição do termo “Público” por “de/com Gestão Pública”. Fala para a
92 Plenária sobre Semana Nacional de Mobilização de Controle Social, e diz haver dúvida se
93 conseguirão participar. Conta do Café da Manhã em Brasília com os parlamentares, que ocorrerá no
94 dia 9/10 e que há suma importância de representantes da saúde, pois no fim de outubro terá votação
95 de todos os projetos que envolvem a área, como terceirizações etc. Paulo avisa da Oficina Nacional
96 de Comunicadores do Controle Social, dia 11/10, da qual a colega Márcia participará para se
97 inteirar do que está acontecendo e do dia 30/10, quando se encerrará o Ato Nacional em Defesa do
98 SUS e do Controle Social, com as entidades Nacionais se comunicando com as entidades Estaduais.
99 Paulo tentará se comunicar com o Governo para pedir espaço na publicidade para transmitir a
100 população sobre os Conselhos, o que são e o que fazem. Diz que as entidades Estaduais devem

101 fazer sua parte entrar em contato com as entidades Nacionais, para ajudar na questão. Instiga que os
102 conselheiros participem, principalmente por estarem em ano pré-eleições, onde os Deputados serão
103 votados, por isso deve ser feita a cobrança de atitudes o mais imediato possível. Ele diz que devem
104 brigar duro e que o tempo é curto. Célia Chaves, da SINDIFARS, toma voz. Ela comenta sobre os
105 seminários regionais e que eles, por perderem o caráter de Plenária, ou seja, obrigatoriedade de
106 participação, ocasiona na menor quantidade de participantes e denuncia a deficiência quantitativa de
107 representantes do próprio CES, assim como nas reuniões avaliativas, também sem caráter
108 obrigatório, que também é de pouca quantidade de participações, consequência sensata da baixa de
109 pessoal nos seminários. Ela percebe, também, que não há um retorno dos seminários para a Plenária
110 e nota um pequeno interesse desta para com esses, não observando a presença em pauta dos
111 seminários, que deveriam receber um maior espaço nessas reuniões de caráter obrigatório. Célia
112 comenta o fato da reclamação da dificuldade de mobilidade até os locais de seminário e que isso,
113 assim como as faltas, devem ser revistas, pois acabam por não solucionarem problemas
114 relacionados aos assuntos do CES que acontecem no Interior, uma vez que os Conselheiros ficam
115 inaptos a tratar dos assuntos. A representante do SINDIFARS pede que uma discussão aprofundada
116 sobre o assunto entre em pauta em alguma Plenária, pois, além dos motivos ditos, também interessa
117 aos assuntos comentados por Paulo. Paulo responde à conselheira, propondo que tal item entre na
118 pauta da Plenária do dia 5 de Dezembro. Ele indaga se algum conselheiro tem algo a falar sobre a
119 questão e reforça o que disse a Célia, pois precisam imediatamente auxiliar as pessoas do Interior e
120 estarem capacitados para isso. Comenta sobre o MP trocando de posição após receber subsídios e
121 fala da dificuldade dos assuntos tratados na esfera Estadual. **3º) Relato das Comissões:** Paulo abre
122 as inscrições para o item da pauta. Ele oferece a palavra a alguns conselheiros. Márcia, da Escola de
123 Saúde Pública, comenta as reuniões da Comissão de Educação Permanente e fala primeiramente
124 sobre dia 31 de outubro, do Seminário Macrometropolitano, em seguida sobre o dia trinta de
125 setembro e os dias primeiro, dois, três, oito e nove de outubro, quando viajarão para Frederico
126 Westphalen, Planalto, Tenente Portela, Três Passos e Rodeio Bonito, respectivamente, para tratar da
127 formação de conselheiros da Educação Permanente. Fala sobre a formação de um grupo de trabalho
128 para tratar dos produtos e atividades alusivos aos vinte anos do CES, com itens como banners etc,
129 com divulgação de certos eventos sobre saúde e cartilhas do SUS. Cristiane, da comissão de saúde
130 mental, ao microfone fala sobre algumas dificuldades que seu grupo está enfrentando e que
131 precisaram refazer o regimento do mesmo, que, após revisto, passou por opiniões do CES em
132 plenária anterior, mas precisou-se fazer nova versão e, na presente Plenária, apresenta as alterações,
133 com novas considerações. Ela apresenta pelo projetor as alterações, comparando as versões. Paulo
134 pede manifestações sobre a questão. Não há. Ele pede votação e todos aprovam. Cristiane comenta
135 que dia 24 de outubro a comissão abrirá para que novas entidades se integrem na mesma, que está
136 com deficiência de participantes. Paulo comenta que há convites enviados por e-mail para o evento
137 em questão. Célia Chaves, vice-presidente do CES, fala da Comissão de Fiscalização, que, é a única
138 obrigatória por regimento e que tem caráter permanente e que ela está com dificuldade de manter-se
139 ativa por falta de participantes. Ela fala que uma das causas é a restrição da condição de
140 participantes para apenas quem for conselheiro e diz que entrará com pedido para abertura a outras
141 entidades e convida os demais conselheiros para que integrem a comissão. Diz que tentarão entrar
142 com pedidos para alteração na Lei que ajude na questão, mas também pede que entre em pauta da
143 Plenária a modificação do regimento, pois é urgente a questão, uma vez que a demanda supera
144 muito a quantidade de integrantes da comissão. **4º) Apresentação da Proposta Orçamentária da
145 SES/RS – 2014:** Paulo primeiro comenta sobre ilegalidades e irregularidades cometidas pelo
146 Governo Estadual ao dar à proposta orçamentária em pauta encaminhamento processual com caráter
147 desacordado com a Lei, que exige o parecer do CES antes de ser levada ao Legislativo, e convoca a
148 conselheira Célia Chaves, que coordenará esse item da pauta. A técnica Cláudia, conselheira da
149 SEPLAG, toma voz para apresentar as informações quanto a proposta orçamentária, lamentando a
150 impossibilidade de ter apresentado os dados anteriormente. Ela demonstra por apresentação de
151 slides a divisão de recursos. Ela fala que tal proposta na Assembléia há uma apreciação diferente.
152 Cláudia mostra as divisões proporcionais da verba e dos recursos. Após encerrar a apresentação, ela

153 se prontifica a esclarecer dúvidas. Rafaeli faz uso da palavra. Ele pergunta o valor do superavit do
154 Estado, quais são as dívidas ditas, as isenções fiscais. Ele pergunta aos demais participantes se todos
155 têm direito ao IPERGS, mostrando que não é um serviço universal, então em desacordo sob o
156 interesse do povo, uma vez que o SUS deve providenciar serviços e recursos que tange a toda a
157 população. Cláudia responde as perguntas. Primeiro ela fala que desconhece as origens das dívidas
158 e das isenções e quanto ao IPERGS ela diz que é uma instituição que mesmo ele não sendo
159 universal, está abrangendo uma grande parte dos servidores. Odil toma voz. Ele critica esse não
160 cumprimento da Lei, fato que se arrasta há muitas gestões. Ele lamenta o fato do serviço que a
161 técnica tenha que apresentar tais prestações de contas e representar o Estado. Ana Valls é a próxima
162 a se manifestar. Ela primeiro lamenta o papel da técnica de mentir em nome do setor público e que,
163 no lugar dela, teria processado o órgão, por tê-la feito cometer tal ato. Questiona o mesmo que
164 Rafaeli questionou, que são os recursos destinados ao IPERGS, que não é uma instituição universal,
165 então tais recursos do SUS não estão sendo direcionados para os lugares certos. Cristiane pergunta
166 se o valor da Secretaria de Segurança é para o Hospital da Brigada e Cláudia afirma que sim. Ana
167 Maria, do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, se manifesta e fala primeiramente da falta de
168 destinação de recursos à saúde e pergunta se o dinheiro que anualmente deixa de ser investido no
169 Estado será recuperado. Ela comenta a ordem do MP para o Estado repor o dinheiro, que ainda não
170 foi obedecida e pergunta quando o Governo o fará. Célia lamenta a ausência do Secretário, que
171 enviou a técnica Cláudia em seu lugar. Cláudia responde a Ana dizendo que há falta de verba para
172 aplicar recursos, pois o Estado enfrenta um problema financeiro. Célia encerra o item da pauta,
173 concordando com os outros ao lamentar os recursos destinados ao IPERGS e ao Hospital da
174 Brigada, que são irregulares, e afirma que terão que tomar voz perante a Assembléia para tratar
175 dessa questão. Cláudio reclama o fato do orçamento e demais planejamentos chegarem ao CES
176 apenas após terem passado pela Assembléia, o que está em desacordo com a constituição, uma vez
177 que tem que respeitar o PES. Sugere a denúncia ao MP. Cláudia comenta por fim estar por livre
178 espontânea vontade na Plenária, não intimidada, ao contrário do que os conselheiros indagaram.
179 Cláudio toma voz e mostra cálculos, que demonstrariam o mal investimento e irregularidades, e
180 questiona sobre os benefícios fiscais. Alexandre Nick, do Fundo Estadual de Saúde, apresenta e
181 explica a distribuição dos recursos, presentes em slides, e alguns fatores do gerenciamento de
182 fundos. Estão representados, em sua apresentação, hospitais regionais, atenção básica, vigilância da
183 saúde do trabalhador, entre outros tópicos. Após, se dispõe a esclarecimentos. Ana Valls pergunta
184 onde está, na lista de distribuição de verbas, os recursos destinados ao CES. Ele responde que há um
185 recurso destinado especialmente para isso. Célia diz que pode haver os recursos, mas utilizá-lo é
186 difícil, como no adiantamento dos recursos para viagens para assistir aos Seminários e participar
187 dos eventos que o CES tem de participar. Questiona a falta de equidade, prevista em Lei, de
188 tratamento com o Presidente do CES e o Secretário, uma vez que o primeiro não recebe auxílio
189 apropriado para deslocamentos e o segundo sim. Rafaeli avisa estar, paralelamente ao encontro,
190 publicando na internet as pautas da Plenária e as discussões sobre elas e sugere que parem de
191 pautar os assuntos de interesse da Secretaria, uma vez que há falta de cooperação da parte dela. João
192 de Deus faz uma reclamação na demora do ressarcimento dos deslocamentos e das diárias para
193 Seminários e demais eventos, tal como outros gastos envolvidos, chegando à noventa dias o
194 pagamento. Alexandre diz que, se há pedido antecipado, os recursos são passados antes dos
195 deslocamentos. Célia reforça o que João de Deus falou, lembrando que há situações em que não é
196 possível ser feito o pedido antecipadamente com o tempo previsto, no caso quinze dias, como dito
197 por Alexandre. Márcia, da Escola de Saúde Pública, questiona sobre a Ata de Registro de Preços.
198 Ela comenta da viagem que fará para o Frederico Westphalen e pergunta se haverá outra Ata ou se a
199 atual irá se estender. Alexandre diz que, até onde sabe, não há outra Ata, mas que a anterior foi
200 estendida por causa de um entendimento da CAGE. João de Deus toma a palavra novamente e
201 reforça o que já havia dito, além de citar um caso que aconteceu com o conselheiro Odil, que não
202 pode viajar por falta de recursos. Alexandre explica a situação, dizendo que o acontecido não foi
203 falta de recursos e, sim, um problema com a Shoppingtur, terceirizada que cuida das emissões de
204 passagem, que tinha algumas pendências que impossibilitaram até mesmo o Secretário de viajar.

205 Célia começa a finalização do item da pauta e concorda com os direitos de manifestação dos
206 conselheiros quanto aos recursos das viagens. Cláudio questiona o fato de não terem em mãos os
207 dados utilizados para os cálculos da distribuição de recursos e solicita que o Conselho entre em
208 contato com o gestor e exija tais dados. Exige também os dados da desoneração fiscal e seus valores
209 obscuros. Ele diz que se a peça orçamentária não cumprir o que manda a constituição federal, não
210 pedindo uma audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça, da Assembléia Legislativa,
211 deve-se pedir para ser devolvida a peça orçamentária ao Poder Executivo, por não ter passado pelo
212 controle social e não cumprir o que manda o Plano Estadual de Saúde e não cumprir, também, os
213 12%. Cláudio diz que se deve pedir ao MP que analise a situação, que é um caso de improbidade
214 administrativa. Célia Chave inicia a realização do último item da pauta, questionando se algum
215 conselheiro tem algum encaminhamento para fazer, além dos três que ela propõe. **5º) Debate e**
216 **Encaminhamentos:** Célia lista os três encaminhamentos feitos: Primeiro, as informações e os
217 dados solicitados por Cláudio, como os cálculos do plano e quais são as isenções fiscais realizadas
218 etc; Segundo, a solicitação de uma audiência com a Comissão de Constituição e Justiça, pedindo a
219 devolução da peça orçamentária, considerando o descumprimento das constituições tanto Federal e
220 Estadual; Terceiro, solicitação de audiência com o MPE e com o MPF, para tratar da improbidade
221 administrativa realizada pelo gestor do SUS. Ela pergunta aos conselheiros se há algum
222 posicionamento complementar ou contrário aos encaminhamentos. Ela diz que passará tais
223 encaminhamentos ao presidente. Odil reforça a urgência de realizar as cobranças, uma vez que ano
224 que vem há outra eleição. Célia realiza a votação dos encaminhamentos, que foram aprovados por
225 unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Vice-Presidente do CES/RS, Célia Chaves, deu por
226 encerrada a reunião, da qual eu, João Pedro Brutschin Severo, lavrei a presente ata que, após leitura
227 e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 26 de setembro de 2013.

228

229

230

231 Paulo Humberto Gomes da Silva
232 Presidente do CES/RS

Célia Chaves
Vice Presidente do CES/RS

233

234

235 Alfredo Gonçalves
236 Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro
Coordenadora do CES/RS

237

238

239 Jairo Francisco Tessari
240 Coordenador do CES/RS

Elemar Sand
Coordenador do CES/RS

241

242

243 Carlos Alberto Ebeling Duarte
244 Coordenador do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes
Coordenador do CES/RS